



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e**  
**Gestão de Políticas Públicas – FACE**  
**Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA**  
**Curso de Graduação em Ciências Contábeis**

**Érica Ribeiro Cruz**

**Qualidade da informação contábil das empresas listadas na B3: uma análise da**  
**evidenciação nas notas explicativas.**

**Brasília**  
**Julho, 2019**

**Érica Ribeiro Cruz**

**Qualidade da informação contábil das empresas listadas na B3: uma análise da evidenciação nas notas explicativas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador:** Prof<sup>o</sup> Dr. José Antônio de França

**Brasília**

**Julho, 2019**

**Érica Ribeiro Cruz**

**Qualidade da informação contábil das empresas listadas na B3: uma análise da evidenciação nas notas explicativas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Profº Dr. José Antônio de França

Orientador

Profº Dr. Paulo César de Melo Mendes

Avaliador

**Brasília**

**Julho, 2019**

**CRUZ, Érica Ribeiro.**

Qualidade da informação contábil das empresas listadas na B3: uma análise da evidência nas notas explicativas / Érica Ribeiro Cruz – Brasília, DF, 2019.

Orientador: Profº Dr. José Antônio de França

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília (UnB), 1º Semestre de 2019.

1. Qualidade da Informação contábil 2. Normatização contábil 3. Evidenciação  
I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia,  
Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva

Coordenador de Programa Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes

Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Noturno

## RESUMO

Este trabalho trata a respeito da evidenciação das informações contábeis por meio da análise das notas explicativas divulgadas pelas empresas listadas na Bolsa de Valores por meio do site [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br) entre os anos de 2013 a 2018. A metodologia aplicada para a realização da coleta de dados foi a documental, onde foram utilizados livros, publicações em revistas da área, congressos artigos científicos para a construção do conhecimento necessário para o cumprimento do objetivo de investigar a evidenciação das notas explicativas. Foram analisados 15 itens de cunho obrigatório de acordo com a legislação vigente no país. Diante dos resultados pode-se concluir que a transparência apresentada pelas empresas listadas na B3 por meio da divulgação de informações em suas notas explicativas ainda não é satisfatória, visto que as informações estudadas não são de caráter discricionário. A não divulgação das informações investigadas neste trabalho elucidam a dificuldade dos usuários em compreender as demonstrações contábeis, principalmente usuários leigos em contabilidade, o que compromete o objetivo das demonstrações contábeis que é fornecer informações de qualidade para seus usuários.

**Palavras-chave:** Qualidade da Informação contábil. Normatização contábil. Evidenciação. Notas Explicativas.

## **ABSTRACT**

This paper deals with the disclosure of accounting information through the analysis of the explanatory notes publicize by the institutions listed on the stock exchange through the website [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br). between the years of 2013 and 2018. The methodology used to perform the data collection was the documentary, where books, publications in journals of the area were used, congresses scientific articles for the construction of the knowledge necessary to fulfill the objective of investigating the disclosure of explanatory notes. Fifteen mandatory items were analyzed according to the legislation in force in the country. In view of the results, it can be concluded that the transparency presented by the companies listed in B3 through the disclosure of information in its explanatory notes is still not satisfactory, since the information studied is not discretionary. The non-disclosure of the information investigated in this study elucidates the difficulty of the users in understanding the financial statements, mainly lay users in accounting, which compromises the objective of the accounting statements that is to provide quality information to its users.

**Key-Words:** Quality of accounting information. Accounting normalization. Disclosure; Explanatory Notes.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1 OBJETIVO GERAL .....	11
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	11
1.3 HIPÓTESE.....	12
1.4 JUSTIFICATIVA .....	12
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
2.1 NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL .....	13
2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	14
2.3 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL .....	19
2.4 NOTAS EXPLICATIVAS .....	20
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	24
3.2 AMOSTRA .....	25
3.3 FORMA DE ABORDAGEM .....	25
3.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....	25
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXO A: TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DA AMOSTRA DO ESTUDO DIVIDIDA POR SETOR DE ATUAÇÃO CONFORME A B3.....</b>	<b>35</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A informação, como afirmam Mcgee e Prusak (1994), se tornou uma das ferramentas mais poderosas nas mãos de quem as possui, onde quem as tem está à frente de seus concorrentes. As empresas, entendendo que a informação é como o principal meio de atrair investimento, vêm trabalhando para aprimorar a forma como a divulga, tanto pela pressão dos usuários quanto para obedecer as legislações vigentes.

A contabilidade, conforme salienta Lucena et. al. (2011), tem o objetivo de gerar informações que fomentam a tomada de decisão, sendo uma das ferramentas gerenciais que influenciam nos resultados das organizações e daqueles que estão com elas envolvidos.

As demonstrações contábeis, tidas como um meio de comunicação, existem com o objetivo de fornecer informações para usuários diversos com interesses distintos. A contabilidade, de acordo com Lopes e Martins (2005) iniciou com a necessidade dos proprietários de empresas comerciais, passando mais tarde a atender finalidades mais complexas. Os autores colocam que a Contabilidade é um norteador de decisões que ajuda a cada um cumprir com sua missão. Cardoso (2005) afirma que para padronizar as demonstrações, os órgãos reguladores criaram pronunciamentos que, se seguidos, fazem com que as informações contábeis atendam de maneira satisfatória ao maior número de usuários.

Moura et al (2016) defendem que o usuário da informação contábil pode ser qualquer pessoa física ou jurídica que, independente da atividade que exerça, tenha algum interesse nas informações contidas nas demonstrações contábeis. Rodrigues (2012) coloca que, no entanto, que usuários diferentes podem ter acesso às informações de maneira diferente, onde esta pode ser limitada para algum. Quando há essa disparidade entre as informações, a autora explica que temos uma assimetria informacional, onde uma participante tenta obter vantagem sobre o outro. Tal situação pode ocorrer, segundo Rodrigues (2012), entre os gestores e os investidores da Bolsa de Valores.

O mercado de capitais, de acordo com o IBMEC (2016), tem por objetivo mobilizar os recursos financeiros excedentes de pessoas físicas e jurídicas. Assim

sendo, as empresas que fazem a negociação de suas cotas no mercado de capitais têm como usuários de suas informações contábeis aqueles que procuram investir seu capital em tal segmento. As companhias de capital aberto devem então fornecer para esses usuários meios para que os mesmos avaliem de maneira adequada quais são os riscos e retornos oferecidos pela entidade, bem como qual o seu potencial de crescimento.

Nesse sentido, Braga e Almeida (2008) complementam que o mercado de capitais acabou por fomentar a busca pelo acesso às demonstrações contábeis. Outros fatores, segundo os autores, que contribuíram para o aumento da importância das demonstrações para os usuários são o aumento do número de empresas multinacionais, a evolução do setor de tecnologia da informação e o aumento do mercado de capitais internacional. Os autores ressaltam que a perante este cenário a contabilidade precisou passar por diversas mudanças, adaptação essa que na verdade vem acontecendo até hoje com esforços dos profissionais da área, acadêmicos e do ambiente regulatório.

Gallon e Beuren (2005) afirmam que o mercado de capitais veio para contribuir para o aumento da exigência de informações contábeis de qualidade porque os investidores buscam aplicar em mercados nos quais confiam, por isso da harmonização contábil ser tão importante para esse segmento. Lopes e Martins (2005) afirmam que o ambiente de competitividade foi uma das principais forças motoras para que as organizações passassem a de fato se importar com a qualidade das informações contábeis que forneciam para os seus usuários.

Os autores supracitados colocam que não existe uma única maneira de medir a qualidade das informações contábeis, podendo-se encontrar diversos modelos na literatura, com métricas que usam, por exemplo, o gerenciamento de resultados, a tempestividade da divulgação das informações, relevância, dentre outros.

Uma informação contábil de qualidade, de acordo com Moura et al (2016), influência nas expectativas dos agentes que participam do mercado, podendo-lhes trazer maior possibilidade de decisões acertadas, maximizando assim seu resultado.

Batalha et al (2013) defendem que com o aumento da complexidade das operações realizadas pelas companhias, cresceu a necessidade de informações que expliquem os valores e detalhes das demonstrações contábeis.

Com a adoção dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Report Standards Board), o interesse pelo estudo da clareza das informações contábeis aumentou no meio acadêmico, de acordo com os autores supracitados, pois isso facilita que os usuários tenham informações oportunas que servem de apoio para suas decisões.

Além da clareza, Batalha et al (2013) afirmam que as entidades enfrentam o desafio da correta evidenciação das informações, onde se deve evitar divulgar aquilo que não tenha relevância na tomada de decisão. Os autores complementam que dimensionar a quantidade e a qualidade das informações é uma boa questão de estudo para os acadêmicos da área.

## **1.1 OBJETIVO GERAL**

O objetivo do presente trabalho foi analisar se as empresas listadas na B3 seguiram entre os anos de 2013 a 2018 as orientações a respeito dos itens/ critérios que devem ser divulgados nas notas explicativas de acordo com a legislação vigente.

## **1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Verificar se as empresas listadas na B3 apresentam as informações em suas notas explicativas que esclareçam os critérios e políticas contábeis adotadas pelas mesmas na elaboração das demonstrações contábeis.

- Investigar se o nível de evidenciação elucidado pela notas explicativas das empresas participantes do mercado de capital brasileiro pode ser considerado satisfatório.

### **1.3 HIPÓTESE DE PESQUISA**

- Por se tratarem de empresas grandes e que elaboram demonstrações contábeis complexas, as entidades listadas na Bolsa de Valores apresentam uma evidenciação satisfatória por meio das notas explicativas por elas divulgadas.

### **1.4 JUSTIFICATIVA**

A escolha de empresas listadas na Bolsa como objeto de estudo se pauta na importância que as empresas têm para a sociedade como um todo, pois nelas estão aplicados o capital daqueles que decidem investir no mercado de ações, além de se tratarem de empresas que movimentam a economia de diversas formas, como por exemplo na geração de emprego ou pelo próprio consumo que os clientes fazem de seus bens/serviços ou gerando receita para o Estado por meio da tributação pega pelas mesmas.

A importância da pesquisa a respeito das notas explicativas está no fato de se tratarem de uma importante ferramenta que auxilia na análise das demonstrações contábeis, e que muitas vezes são elaboradas de maneira que não facilita a análise que os usuários necessitam, quando muitos profissionais ainda mostram-se despreparados para a sua confecção.

A pesquisa proporcionará um conhecimento a respeito de como as empresas lidam com a divulgação das notas explicativas, item obrigatório e de grande importância para a compreensão das demonstrações contábeis. Nas notas explicativas são detalhadas informações que sem elas não é possível fazer as devidas análises, mesmo que por um profissional da área contábil.

## **2.REFERENCIAL TEÓRICO**

A base teórica do presente estudo é composta por conceitos sobre a normatização e a evidenciação contábil, discorre a respeito de características da informação contábil de qualidade e sobre as notas explicativas, conforme apresentado nos tópicos que se seguem.

### **2.1 NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**

Segundo Andrade et. al.(2013), a normatização contábil passou a ser um objeto de estudo de maior importância depois da crise dos Estados Unidos ocorrida em 1929, quando a transparência das informações contábeis passou a ser mais exigida dos investidores, pois antes as informações divulgadas apresentavam uma carência de veracidade. A criação da Comissão de Valores Mobiliários Americana (SEC), de acordo com os autores, foi o marco para a evidenciação e normatização contábil.

Em 1960, conforme Andrade et al (2013) iniciou-se um processo da adoção das normas internacionais de Contabilidade do IASB por diversos países. Os autores afirmam que em seu estudo foi visto que mais de 120 países estão em processo de convergência para os padrões internacionais de contabilidade. Carmo et al (2011) defendem que o crescimento do mercado de capitais faz com que as companhias fossem pressionadas para diminuir a assimetria informacional, gerando informações uniformes, reforçadas pelo motivo de que inúmeras pessoas de diversos países serão potenciais usuários de suas informações.

Campos e Rover (2016) afirmam que se trata de um entendimento que se tornou senso comum que a conversão para as Normas Internacionais de Contabilidade aumentou a quantidade de informações divulgadas, onde as transações passaram a ser divulgadas mais detalhadamente, porém os autores explicam que o aumento da quantidade de informações não acarreta necessariamente o aumento da qualidade das mesmas. Nesse sentido o autor complementa que pode acontecer um aumento de informações não relevantes e a ausência de foco naquilo que de fato tem importância substancial. Sendo assim,

órgãos internacionais como FASB e IASB têm trabalhado no sentido de solucionar tais problemas, mas os projetos apresentam resultados no longo prazo.

A Contabilidade Internacional, de acordo com Santos et. al. (2016), é o ramo da contabilidade que busca a harmonização contábil, de maneira a alinhar as normas dos diferentes países. O IASB, órgão que trabalha pleiteando tal padronização por meio de normas, emite pronunciamentos que não possuem caráter compulsório, ou seja, norteiam, mas não são obrigatórios.

Depois da lei 11.638/07, de acordo com Antunes et al (2012), o Brasil passou a convergir para as Normas Internacionais de Contabilidade, alinhando com normas contábeis já adotadas pelos Estados Unidos e por países da Europa.

Campos e Rover (2016) afirmam que as entidades brasileiras contam então com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que elaboram normatizações buscando a resolução dos problemas citados acima em curto prazo. O CPC foi criado em 2005 pela resolução 1.055, com o objetivo de passar maior confiabilidade para o mercado de capitais internacional, facilitando a comunicação a nível mundial. O Comitê de Pronunciamento Contábil, conforme complementa Antunes et. al. (2012) centralizou a produção da regulação no Brasil, baseando-se nos demais órgãos reguladores como Comissão de valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e Conselho Federal de Contabilidade. O autor afirma que cabe salientar que o CPC foi composto principalmente por membros acadêmicos e governamentais, por meio de iniciativa privada.

Peixoto e Malaquias (2012) defendem que, apesar de a maioria das empresas no Brasil não apresentarem as demonstrações contábeis como devem, que o processo de convergência para as normas internacionais representa um aumento de expectativa da melhora da qualidade das demonstrações.

## **2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL**

Pontes e Oliveira (2004) colocam que a qualidade das informações contábeis é um assunto discutido em todo o mundo, pois se trata de um conjunto de

características que fazem com que a Contabilidade cumpra o seu objetivo de fornecer informações úteis para os usuários.

A maneira como a informação contábil é percebida depende, de acordo com Batalha et al (2013), da complexidade com a qual é apresentada e da capacidade do usuário de compreendê-la. O autor realizou uma pesquisa para analisar a facilidade de compreensão das demonstrações contábeis por parte dos usuários e encontrou uma relação entre o tamanho das organizações, a sua evolução de crescimento e a melhora da facilidade de compreensão das informações contábeis, ou seja, conforme a organização vai ganhando porte tende a aumentar a clareza das informações divulgadas, segundo o estudo realizado.

Quanto aos usuários das demonstrações, Pontes e Oliveira (2004) afirmam que pode-se dividi-los em duas categorias: internos e externos; onde os externos são aqueles que não se encontram na organização, como é o caso dos investidores não controladores, o Governo, os credores, as demais empresas atuantes no setor, sendo que a necessidade desses usuários é costumeiramente diferente da necessidade dos usuários internos. Nesse sentido Ludícubus (2010) afirma que apesar dos interesses dos usuários serem diferentes, não chegam a ser conflitantes, sendo possível elaborar demonstrações contábeis que as atendam.

De acordo com Pontes e Oliveira (2004), objetivando melhor atender os interesses dos usuários, foi criada a lei nº 6.404 em 1976, ficando conhecida como a Lei das S/A. Tal lei veio para definir quais informações as empresas de capital aberto seriam obrigadas a divulgar, ou seja, quais informações obrigatória para aquelas que negociam ações no mercado de capital, conforme os autores. Os mesmos destacam que dentre as demonstrações que as organizações deverão divulgar estão: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas, onde as Notas Explicativas são também utilizadas para fornecer informações adicionais.

Pontes e Oliveira (2004) colocam que as informações podem ser evidenciadas de maneiras diferentes pelas empresas, desde que atendas às exigências da legislação, atendendo a qualidade e quantidade definidas pelos

órgãos reguladores. Ludícibus (2010) argumenta que tanto a prática de ocultar informações quanto fornecê-las de maneira demasiada é prejudicial para os usuários, afetando sua compreensão acerca das demonstrações.

Coelho et. al. (2011) dizem que a informação contábil de qualidade é aquela que apresenta as informações de maneira transparente, ou seja, quanto menor a manipulação de dados, maior a qualidade das demonstrações. Os autores explicam que a transparência é uma das características fundamentais esperadas pelos usuários ao recorrerem às demonstrações contábeis de uma organização, porém a legislação ainda deixa algumas brechas que acabam por deixar a situação sucessível para a aplicação do que o autor chama de práticas criativas por parte das entidades.

Batalha et al (2013) colocam como característica da informação contábil de qualidade a comparabilidade das demonstrações contábeis. Os autores explicam que a comparabilidade não é sinônimo de uniformidade, onde a informação posterior parece copiada da informação passada e nem deve ser impedimento para a aplicação de normas contábeis mais adequadas. Se um evento é contabilizado de uma determinada maneira, mas a entidade encontra uma forma mais adequada de fazê-lo deve proceder com a alteração e detalhar tal fato nas notas explicativas.

Outra característica que indica a qualidade da informação contábil é a compreensibilidade, segundo os autores supracitados. Eles destacam, porém, que não é pelo fato de facilitar a compreensão que as organizações devem ocultar informações mais complexas das demonstrações, pretexto que pode ser usado por algumas empresas.

Para Niyama e Silva (2011), a complexidade tem relação direta com a qualidade das informações, pois pode afetar a compreensão a respeito das mesmas, causando uma assimetria de informação quando muito alta. Os autores dizem ter uma relação entre a legibilidade das demonstrações contábeis e os resultados da entidade, onde aquelas empresas que divulgam relatórios de difícil compreensão por vezes estão tentando mascarar resultados ruins. Os gestores então se utilizam de textos rebuscados para ocultar perdas e desvalorizações.



Segundo Santos et. al. (2009) a globalização acabou por exigir que as empresas melhorassem o padrão de qualidade das informações contábeis pela interação com as demais organizações pelo mundo, onde as entidades brasileiras tentam repassar confiabilidade para de se manterem no mercado. Tal interação, segundo eles, acarreta em maior transparência e melhor evidenciação dos fatos contábeis. Nesse sentido, Batalha et al (2013) defendem que a tendência é que empresas que divulgam informações com maior transparência se destaquem no mercado globalizado. Eles argumentam que com o dinamismo do mercado de capital requer que as empresas se enquadrem nos padrões contábeis para apresentar informações de qualidade e que de fato auxiliem os usuários. A divulgação feita de forma adequada proporciona para a empresa uma maior credibilidade junto ao mercado.

Para facilitar a padronização exigida pela globalização, conforme Cella e Niyama (2011) dizem, foi criado o padrão IFRS (International Financial Report Standards Board), a fim de se atingir uma harmonização dos padrões contábeis pelo mundo. Os autores afirmam que sem isso seria difícil para os usuários compreenderem os reais riscos e a situação financeira das entidades, pois não seria razoável fazer comparações com a adoção de práticas distintas. Embasados nisso, os próprios usuários passaram a exigir informações cada vez mais claras.

Pontes e Oliveira (2004) ressaltam que nem todas as orientações dadas pelos órgãos reguladores são obrigatórias, o que conseqüentemente significa que nem tudo é objeto de punição caso a empresa deixe de fazer, tornando-se assim uma decisão da organização divulgar ou não informações contábeis denominadas pelos autores como avançadas.

Sobre o ambiente regulatório, Santos et. al. (2009) defendem que os padrões contábeis são essenciais para que as demonstrações contábeis sejam elaboradas com qualidade pelas entidades. Os autores complementam que padrões contábeis bem definidos resultam na qualidade dos resultados contábeis, onde aquelas empresas que os seguem são beneficiadas pela maior confiança dos usuários. Rodrigues (2012), em seus estudos a respeito do aumento da qualidade da informação contábil em após a adoção das normas do IASB, a partir de uma análise dos impactos em empresas listadas nas bolsas de valores de diversos países. Como

resultado da pesquisa, o autor obteve que somente questões como patrimônio líquido e lucro líquido se tornaram mais relevantes com a adoção das normas internacionais. O autor analisou questões como conservadorismo, gerenciamento de resultados, onde aqueles que não eram conservadores antes da adoção da norma continuam não sendo e as empresas que praticavam gerenciamento de resultado acabaram por aumentar.

Além do ambiente regulatório, Santos et. al. (2009) dizem que a auditoria também se faz uma ferramenta a busca da informação contábil de qualidade, pois se trata de um mecanismo de monitoramento.

Quanto a maneira de medir a qualidade das informações contábeis, Coelho et. al. (2011) afirma que vários são os atributos a serem observados, tais como: transparência, nível de disclosure, gerenciamento de resultados, dentre outros. O autor coloca que vários são os motivos que podem levar os administradores das empresas a tentar manipular as demonstrações contábeis, de maneira a comprometer sua qualidade, utilizando de políticas de mensuração, evidenciação e reconhecimento que não condizem com a realidade. Para tal, os gestores se utilizam dos próprios Princípios Contábeis e suas brechas.

Coelho et. al. (2011) defende que na Contabilidade Internacional a qualidade da informação contábil tem uma importância que merece destaque. O IASB (órgão que emite as normas contábeis internacionais) trabalha de maneira a tentar mitigar as possibilidades de interpretações dúbias sobre a sua normatização, criando assim de fato um padrão contábil que faça com que as entidades divulguem a sua real situação financeira e patrimonial.

Paulo et al (2012) colocam como um dos fatores determinantes da qualidade contábil a maneira como a empresa interage com o mercado de capital, pois quanto mais a organização necessita de financiamento por meio das ações, mais ela passa por monitoramento. Os autores complementam que a própria legislação objetiva proteger os investidores de atitudes discricionárias, o que também contribui com a qualidade das demonstrações.

Para Coelho (2010), o conservadorismo está ligado ao fato de exigir um nível maior de verificabilidade para ganhos em detrimento das perdas. O autor afirma que

o conservadorismo passa por críticas devido a postura assimétrica com relação as perdas, o que acaba por fazer com que o resultado apresentado pela organização não seja condizente com a real situação econômica da mesma.

Em contrapartida, Moura et al (2016) dizem que demonstrações contábeis formuladas de maneira a fornecer informações de má qualidade, aumentando os custos gerados pelo conflito de agência e trazendo aos acionistas uma proteção inadequada, que vai em desacordo com o que o mercado de capital objetiva. Os autores afirmam que boa parte dos acionistas possui ações que não têm direito ao voto, o que aumenta ainda mais os conflitos de agência, fazendo com que as demonstrações contábeis sejam uma ferramenta importante de monitoramento da gestão.

### **2.3 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL**

Para Campos e Lemes (2013), estudos sobre evidenciação contábil apontam que os profissionais contábeis têm dificuldades em divulgar de forma clara as informações. Segundo Aquino e Santana (1992), a evidenciação é a ligação entre a normatização contábil e o objetivo da contabilidade, se tratando de uma ponte para alcançá-los. A evidenciação contábil, sendo assim, para Lopes e Martins (2005), é um dos pilares da contabilidade, juntamente com a mensuração. A evidenciação depende da organização e da legislação, sendo que no Brasil as empresas de capital aberto são obrigadas a seguir a legislação específica das Sociedades Anônimas e as Normas Internacionais de Contabilidade, que ainda se encontram em processo de implementação no Brasil.

Lopes e Martins (2005) afirmam que a evidenciação contábil veio ganhando importância no Brasil conforme as empresas brasileiras passaram a aumentar sua participação no mercado de capitais mundial, tendo que se adequar aos padrões internacionais.

Gallon e Beuren (2006) definem evidenciação como sendo a divulgação de maneira clara, onde a compreensão de todos aqueles a quem se deseja comunicar seja facilitada. Assim sendo, a evidenciação, de acordo com Campos e Lemes

(2013) está diretamente relacionada com o objetivo da Contabilidade, que seria fornecer informações de maneira a fomentar a tomada de decisão.

De acordo com Lopes e Martins (2007), a evidenciação é um compromisso firmado pela contabilidade junto aos usuários, onde as organizações devem se atentar para questões quantitativas e qualitativas, apresentando as informações de maneira ordenada, evitando ao máximo deixar de publicar aquilo que vai servir como base de tomada de decisão. Os autores ainda colocam que informações que não são relevantes ou não específicas da entidade tiram a atenção do usuário daquilo que é de fato relevante.

Iudícibus (2010) diz que a evidenciação contábil pode ser apresentada de diversas formas, como na elaboração de notas de explicação, quadro complementares, pareceres da auditoria, dentre outros.

De acordo com Campos e Lemes (2013), assim como acontece com a qualidade das informações contábeis, a evidenciação correta também é buscada por meio da regulação, papel desempenhado principalmente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Segundo Campos e Lemes (2013), no Brasil as notas explicativas são os elementos mais representativos do que seria evidenciação contábil, porém o autor alerta que isso não significa substituir as demonstrações contábeis por notas de rodapé, pois as demonstrações continuam sendo obrigatórias e de fundamental importância.

## **2.4 NOTAS EXPLICATIVAS**

De acordo com Campos e Lemes (2013), as notas explicativas têm por objetivo auxiliar na compreensão das informações contidas nas demonstrações contábeis, porém os autores destacam que não é qualquer informação de que deve ser colocadas em nota explicativa e sim aquelas que se não divulgadas trarão prejuízo para a análise das demonstrações. Silva et. al. (2018) dizem que as notas explicativas se tratam de um complemento para as demonstrações contábeis, auxiliando no entendimento do resultado do exercício. Os autores defendem que,

assim sendo, as notas explicativas mostram a evolução da entidade, apoiando a tomada de decisão dos usuários. Para Ludícibus (2010), a finalidade das notas explicativas não se distingue da finalidade das demonstrações contábeis, visto que as notas fazem parte também das demonstrações, porém, como defende Pinheiro (2015), sua análise não se trata de uma tarefa tão simples, por vezes, pois se trata de um texto livre e de formato não estruturado.

Fipecafi (2010) colocam que as notas explicativas devem ser utilizadas para esclarecer informações a respeito de conta, saldo ou transação divulgadas nas demonstrações contábeis ou fatos que possam alterar a situação do patrimônio da entidade futuramente. De acordo com Arisa (2013), as descrições dadas pelas notas explicativas podem ser divididas em quantitativas e qualitativas, onde as informações quantitativas descrevem os saldos e prazos e as qualitativas descrevem as políticas contábeis utilizadas. Quanto as políticas contábeis, Batalha et al (2013) defendem que se trata de um item de fundamental entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras, pois nelas constam as bases de mensuração.

Pinheiro (2015) enumera algumas das informações que devem constar nas notas explicativas, dentre elas: a maneira como os valores que compõem as aplicações financeiras, os direitos e obrigações são contabilizados; como a apuração do estoque foi realizada; os critérios de contabilização do imobilizado, bem como da sua depreciação; informações sobre ajuste de avaliação patrimonial, quando houver; descrição dos investimentos em coligadas e controladas ou a informação de que a empresa não participa de outras sociedades, quando for o caso; qual o regime de tributação adotado pela entidade; dentre outros itens que elucidem de maneira mais clara aquilo que foi divulgado nas demonstrações.

Campos e Rover (2016) adicionam à lista de informações que devem ser publicadas nas notas explicativas a maneira como foram constituídas as provisões de encargos e riscos; o ajuste para perdas prováveis; garantias prestadas a terceiros; responsabilidades contingentes; datas de vencimento; taxa de juros; quantidade, espécies e classe das ações que compõem o capital social e demais situações que venham a causar impacto financeiro futuro nos resultados da entidade.

Segundo Arisa (2013), algumas características são esperadas das notas explicativas, dentre elas:

- Especificidade: o responsável por preparar as notas explicativas devem saber que as informações relatadas nelas devem ser específicas e adaptadas para a organização para assim melhor atender as necessidades dos usuários;

- Ser atua: a informação deve ser específica do período compreendido pelas demonstrações contábeis, retirando aquilo que não seja útil para a compreensão da atual posição financeira da organização;

- Substância econômica: a informação deve proporcionar uma avaliação futura dos fluxos de caixa;

- Organização: os dados devem estar dispostos de acordo com o grau de prioridade, onde os mais relevantes são apresentados primeiramente. Devem ser também agrupados de acordo com as características;

- Claro, conciso, e de simples compreensão: o responsável pelas notas explicativas deve utilizar elementos que facilitem o entendimento por parte do usuário, tais como gráficos, tabelas, glossários de termos, dentre outros;

- Vinculação: deve haver conexão entre as informações divulgadas nas notas explicativas e nas demonstrações contábeis.

De acordo com a autora supracitada, nas notas explicativas devem ser divulgadas ainda informações sobre passivos contingentes, compromissos contratuais não reconhecidos, políticas de gestão de risco financeiro da organização.

Batalha et al (2013) complementam que é o CPC 26 que estabelece quais são as informações que devem constar nas notas explicativas para que os usuários tenham informações que permitam um entendimento inequívoco. A legislação, de acordo com Pinheiro (2015), veio então para elencar quais as informações mínimas que devem ser obrigatoriamente apresentadas nas notas explicativas, induzindo a ampliação do que deve ser apresentado quando aquilo for relevante para o entendimento das demonstrações.

Dentre as informações que precisam fazer parte das notas explicativas, de acordo com Silva et. al. (2018) está o objeto social da empresa, onde a mesma deve descrever em quais segmentos da economia ela atua, quando atuante em mais de um, e qual a participação de cada um deles nos resultados da entidade. Os autores explicam que tal procedimento é importante para que se entendam os investimentos da organização.

Silva et. al. (2018) complementam que dentre as demais informações que devem ser apresentadas nas notas explicativas estão: os critérios de avaliação de estoques, depreciação, amortização, exaustão e provisões para perda com recebimentos duvidosos. Devem especificar quais as políticas contábeis adotadas pela organização e, quando houver alternativa de escolha, quais os critérios específicos utilizados.

Campos e Lemes (2013) afirmam que no Brasil existe a preocupação de se utilizar excessivamente as notas explicativas, onde as empresas acabam por fazer as publicações nas demonstrações contábeis de forma inadequada. Os autores ainda enfatizam que a publicação incorreta das notas explicativas é o segundo motivo mais frequente que levam as organizações a refazerem ou republicarem as demonstrações. Silva et. al. (2018) afirmam que por vezes as notas explicativas de algumas entidades são cópias daquelas já divulgadas nos meios de comunicação exigidos pela norma para a divulgação das demonstrações contábeis por parte das organizações. Sendo assim, o resultado são notas explicativas que não condizem com a realidade da entidade, provocando desconfiança por parte do usuário.

Dantas et al (2011) listam os pontos que costumam ser causa de problemas nas notas explicativas, dentre eles: falta de informações a respeito dos instrumentos financeiros derivativos; falta de padronização; falta de informações a respeito do imobilizado e sobre as partes relacionadas. Pinheiro (2015) diz que as notas explicativas por vezes também são utilizadas para mascarar problemas de reconhecimento e mensuração das demonstrações contábeis, o que não se trata do seu real objetivo.

Torres (2011) diz que apesar da extensão das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, das notas explicativas, que em muitos casos passam de 200

páginas, pode-se verificar ainda a falta de clareza presente no conjunto das informações, onde os relatórios são grandes, mas pouco explicam sobre o que seria de fato relevante, o que mais uma vez deixa evidente a dificuldade das entidades emitirem os relatórios.

Para Campos e Lemes (2013) há uma falta de preparação por parte do meio acadêmico em ensinar para aqueles que virão a ser os futuros profissionais na área da contabilidade em elaborar as notas explicativas, ao contrário do que acontece em países como Estados Unidos e Inglaterra.

### **3. METODOLOGIA**

De acordo com Gil (1999), metodologia compreende o processo onde se aplicam métodos, técnicas e materiais diversos para a coleta de dados sobre um determinado assunto. Demo (1998) complementa que o método de pesquisa se trata de uma ferramenta utilizada pelo pesquisador para melhor organizar e planejar sua pesquisa, ou seja, delinea os caminhos a serem percorridas, quais as atividades práticas devem ser utilizados para a coleta de dados e como os mesmos serão posteriormente tratados.

O presente trabalho se trata de uma pesquisa descritiva, tendo como base um referencial teórico para descrever as variáveis do estudo.

#### **3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Gil (1999) diz que são três os procedimentos técnicos mais utilizados:

- Pesquisa bibliográfica: elaborada com o auxílio de livros, revistas, artigos científicos e material encontrado na internet. Serve de base para a elaboração do referencial teórico.

- Estudo de campo: observa as atividades de um determinado grupo ou realiza entrevistas, questionários para coletar os dados.

- Estudo de caso: aprofunda o estudo de maneira mais consistente e descritiva.



A presente pesquisa se trata de um trabalho de carácter bibliográfico documental, onde se buscam trabalhos já existentes no meio acadêmico para formação de referencial teórico. A pesquisa documental também compreendeu consulta as demonstrações contábeis anuais, mais especificamente das notas explicativas, divulgadas no site da Bolsa de Valores de São Paulo, conhecida como B3.

### **3.2 AMOSTRA**

Demo (1998) define a amostra de uma pesquisa como sendo a população, ou o universo da pesquisa. A amostra precisa ter no mínimo uma característica em comum. A amostra da pesquisa foi consultada dentre as entidades listadas na Bolsa de Valores de São Paulo – B3. Foram consideradas organizações dos mais diversos ramos, consultando-se as demonstrações dos anos de 2013 a 2018. A amostra foi constituída de 188 empresas divididas entre os setores de bens industriais, consumo cíclico e não cíclico e serviços financeiros. O estudo investigou a totalidade das empresas que compunham tais setores.

### **3.3 FORMA DE ABORDAGEM**

Segundo Ramos et al (2005), a pesquisa pode ter abordagem quantitativa ou qualitativa, quando a pesquisa quantitativa coleta os dados por meio de números, classificando-os e utilizando técnicas estatísticas. Já a pesquisa qualitativa analisa a maneira como o objetivo de estudo se relaciona com a realidade, obtendo conclusões feitas por meio de interpretação indutiva.

Quanto a abordagem, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa, pois busca analisar a evidenciação nas notas explicativas das empresas listadas na Bolsa.

Atribuiu-se pontuação às informações encontradas nas notas explicativas analisadas, onde 1 foi atribuído para o item divulgado; 0 para a item não divulgado e n para quando o item não se aplica para a nota explicativa em questão.

### **3.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo tem por finalidade proceder com a análise dos dados coletados conforme os objetivos propostos inicialmente no trabalho, por meio de uma amostra definida que veio a fornecer informações que serviram de base para a conclusão da referida pesquisa.

O quadro abaixo se trata do percentual médio anual de evidenciação de cada item investigado nas notas explicativas das empresas listadas na bolsa entre 2013 e 2018. Foi realizada uma pesquisa binária, onde o item que era apresentado nas notas explicativas recebia o valor 1 e quando não evidenciado era atribuído valor 0. Ao final foi realizada a contagem por ano de cada item para se chegar ao percentual anual. Os dados foram extraídos do site [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br).

Os itens abaixo foram escolhidos de acordo com a listagem de itens/critérios dados pela Lei 6.404/76 (Lei das S/A).

Item verificado	Taxa de evidenciação (%)						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Avaliação dos elementos do estoque	70,64	72,56	73,34	72,45	74,93	74,67	73,09
Depreciação	87,97	91,04	88,03	90,67	89,33	90,45	89,58
Amortização	69,75	70,47	69,98	72,09	70,01	71,45	70,62
Provisão de perda para recebimento duvidoso	81,02	79,43	79,98	81,90	81,67	80,09	80,68
Provisão de perda de estoque	59,90	58,56	61,45	61,20	60,89	61,76	60,63
Ajuste ao valor recuperável	66,09	64,23	67,08	66,34	65,78	65,27	65,80
Instrumentos Financeiros Derivativos	88,45	86,78	87,01	87,68	88,09	87,56	87,59
Investimentos em outras sociedades	90,87	90,34	92,45	93,23	93,78	92,94	92,27
Garantias prestadas para terceiros	24,78	20,45	23,78	21,23	20,34	22,01	22,09
Provisão para contingências	89,00	91,90	90,23	92,45	91,77	90,46	90,67
Detalhes de Empréstimos e Financiamento	78,04	77,89	81,23	80,92	82,45	83,88	80,73
Detalhes sobre contas a pagar de longo prazo	31,34	26,00	27,48	31,09	26,27	25,93	28,02
Número e espécie das ações	94,56	97,34	95,36	92,94	91,09	97,34	94,77
Detalhes sobre opção de ações	34,00	32,90	34,56	31,07	30,85	31,27	32,44

Eventos subsequentes	68,09	65,34	66,20	59,02	61,23	67,02	64,48
----------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Tabela 1

Feita a coleta dos dados, buscou-se chegar ao percentual de evidenciação de cada item a ser analisado entre o total de notas explicativas analisadas e o total de empresas que o evidenciaram. A tabela acima mostra os dados de todas as notas explicativas investigadas, divididas por ano de emissão.

Dentre os itens analisados está a divulgação ou não de informações a respeito da depreciação e amortização dos bens do imobilizado e intangíveis. Quanto a depreciação, das notas analisadas, 89,58% de todas as notas explicativas apresentaram quais eram os percentuais de depreciação por exercício contábil. Quanto à amortização, 70,62% das notas em média apresentaram informação de como os itens que compunham o ativo intangível da entidade eram amortizados.

Quanto a provisão para perdas com recebíveis, 80,68% do total das notas explicativas analisadas explicitaram a composição do item e qual o critério para chegar a tal percentual, sendo que boa parte das entidades se utilizavam do histórico de inadimplência. Vale ressaltar que nem todas as organizações analisadas possuem valores a receber, não havendo assim a necessidade de realizar tal provisão, no entanto, nem todas as organizações que o possuem fizeram a provisão.

Outra provisão que deve ser realizadas pelas empresas é a provisão para perda de estoque, conta redutora do grupo de estoques. O presente estudo obteve uma evidenciação de 60,63% do total das notas explicativas analisadas. Ainda sobre estoque, quando se diz respeito ao critério de mensuração do mesmo, obteve-se um percentual de médio 73,09% de apresentação do mesmo nas notas contábeis. Muitas das empresas somente apresentavam a composição do estoque, sem evidenciar qual o método utilizado para se chegar ao valor apresentado.

A redução ao valor recuperável, conhecido como impairment test, foi evidenciado em 65,80%. Algumas entidades afirmaram terem realizado os testes

e não ter encontrado necessidade de reconhecer perdas, outras não evidenciaram informações a respeito do item.

Dentre os itens mais evidenciados estão os instrumentos financeiros derivativos, apresentando um percentual de 87,59% no total.

Com 92,27% de evidenciação estão os investimentos em outras sociedades. Se trata de um dos itens com maior percentual de apresentação nas notas explicativas analisadas. Empresas que possuem investimentos em coligadas ou são controladoras de outras entidades devem apresentar detalhadamente informações que justifiquem os resultados obtidos por tais investimentos.

As garantias prestadas a terceiros foram um dos aspectos investigados que apresentaram menor percentual de aparição nas notas explicativas, com um percentagem de 22.09%.

Com 90,67% de evidenciação se encontram as provisões realizadas para contingências tributárias, trabalhistas e ambientais. Algumas empresas afirmaram não possuir contingência e uma pequena parte apenas não apresentou informações a respeito da mesma.

Quanto às informações a respeito de empréstimos e financiamentos, 80,73% das notas explicativas possuíam detalhamento sobre a conta. Dentre as informações estavam a composição das contas, os vencimentos, valor presente e a taxa de juros utilizada. Algumas empresas, apesar de possuírem tais passivos, não apresentaram em nota os detalhes anteriormente citados.

Outro item do passivo que deve ser detalhado em nota explicativa são as contas a pagar de longo prazo. Dentre as entidades analisadas, apenas 28,02% divulgaram informações como vencimento e taxa de juros utilizadas nas operações.

Dentre as notas explicativas investigadas, 94,77% apresentam informações sobre o total de ações que compunham o seu capital social e quais os percentuais de ações preferenciais e ordinárias. Em algumas notas explicativas tal informação não estava apresentada de maneira completa. Do total de notas analisadas, 32,44% evidenciaram informações sobre as opções de ações exercidas ou outorgadas.

Com 64,48% de evidenciação estão os eventos subsequentes. Algumas empresas chegaram a informar que não possuíam eventos subsequentes relevantes e outras tantas somente não apresentaram informação alguma sobre o item.

Cabe ressaltar que as entidades analisadas no presente estudo fazem parte da B3, que se trata do local em que as organizações brasileiras que desejam negociar suas ações em mercado de capitais no devem fazer a divulgação de suas informações, bem como proceder com as negociações. A Bolsa de Valores de São Paulo possui critérios que devem ser seguidos para a divulgação das demonstrações contábeis, que devem ser adequar aos padrões internacionais de qualidade, bem como seguir a normatização vigente no Brasil. O que se percebeu do estudo é que, apesar de todas as exigências feitas por diversos órgãos reguladores no país e de toda a pressão dos demais agentes do mercado, como o Governo e os investidores, que algumas informações cruciais e obrigatórias ainda deixam de ser evidenciadas nas notas explicativas. O que se vê é que muitas notas explicativas são demasiadamente longas, porém não apresentam informações relevantes sobre vários itens obrigatórios, fazendo com que os parágrafos introdutórios sejam longos e compostos de informações que parecem ser copiadas do período anterior.

Alguns itens ficaram longe do ideal, como é o caso das contas a pagar a longo prazo, componente do passivo das organizações que possui grande importância tanto pela parcela que significa perante o total do passivo de muitas organizações quanto pela importância que representa para um melhor entendimento sobre o endividamento da entidade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O mercado de capitais apresenta grande importância para toda a sociedade, pois se trata de um segmento da economia que faz girar a economia do país como um todo. As organizações que negociam suas ações na B3 empregam milhões de pessoas, recebem investimentos de investidores estrangeiros e possuem arrecadações que compõem boa parte da arrecadação tributária do Governo brasileiro. Para tanto é necessário que tais entidades trabalhem com transparência, de maneira a atribuir credibilidade para suas ações.

O presente estudo busca identificar a evidenciação de informações por meio de notas explicativas. Os itens analisados se tratam de informações obrigatórias de acordo com a normatização vigente no país. A amostra foi composta de entidades que negociaram suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo e divulgaram suas demonstrações contábeis no site da B3 entre os anos de 2013 e 2018.

Diante dos resultados obtidos no estudo pode-se dizer que as organizações, apesar dos esforços dos órgãos reguladores, ainda não elaboram suas notas explicativas como deveriam, deixando de apresentar informações de cunho obrigatório e de grande importância para a compreensão da real situação financeira e patrimonial das mesmas. Como se tratam de itens obrigatórios, o certo seria que 100% deles fossem evidenciados, exceto em casos onde a entidade não possuísse em seu patrimônio o componente.

O presente trabalho buscou analisar a evidenciação ou não das informações obrigatórias em notas explicativas a partir da normatização vigente no Brasil. Perante os resultados apresentados, pode-se dizer que as notas explicativas ainda não evidenciam de maneira satisfatória aquilo que deveria e o porquê das entidades não fazê-lo pode ser visto como um assunto interessante para estudos futuros, bem como maneiras de melhorar a legibilidade das notas explicativas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. E. M. C.; Et. Al. **Escolhas Contábeis em Propriedades para Investimento**. Revista Universo Contábil. Santa Catarina. Vol. 9, n° 3, p.22-37, Julho/Setembro 2013.

ANTUNES, M. T. P. Et. al. **A Adoção no Brasil das Normas Internacionais de Contabilidade IFRS: O Processo e Seus Impactos na Qualidade da Informação Contábil**. Revista de Economia & Relações Internacionais. Vol. 10, n° 20, Janeiro/2012.

AQUINO, W. SANTANA, A. C. **Evidenciação**. Caderno de Estudos, São Paulo: FIECAFI, n° 5, 1992.

ARISA. E. **A experiência com IFRS no Brasil: qualidade das notas explicativas**. Workshop Capital Aberto. São Paulo, jun/2013.

BATALHA, C. P.; Et. al. **Análise do Grau de Aprendizado das Companhias entre os Anos de 2010 e 2011 Quanto à Elaboração da Nota Explicativa de Principais Políticas**. Revista Linceu. Vol. 3, n° 3, Janeiro/Junho 2013.

BRAGA, H. R. ALMEIDA, M. C. **Mudanças contábeis na lei societária: lei n° 11.638 de 28-12-2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

CAMPOS, C.; LEMES, S. **Ensino de Notas Explicativas nos Cursos de Ciências Contábeis de Universidades Públicas Brasileiras**. RACE, Unoesc, Vol.12, n° 1, p. 249-282, Jan/Jun 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/mpgoa/article/download/15082/9195>>. Acessado em 10 de maio de 2019.

CAMPOS, M. C.; Rover, S. **Comparação das Notas Explicativas de 2013 e 2014 de Empresas do Novo Mercado em Decorrencia da OCPC 07**. Congresso Anpcont. Ribeirão Preto – SP. Junho/2016.

CARDOSO, R. L. **Regulação econômica e escolhas de práticas contábeis: evidencias no mercado de saúde suplementar brasileiro**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

CARMO, C. H. S. Et. al. **Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas**. Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo. Vol 22, n° 57, p. 242-262, Dezembro/2011.

CELLA, G.; RODRIGUES, J. M.; NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional – Análise dos Períodos Internacionais Sobre Pesquisas em Educação Contábil Face à Convergência e Globalização.** Revista Contemporânea de Contabilidade. Florianópolis, Vol. 8, nº 15, p. 177-198, Jan/Jun 2011, Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2011v8n15p177>>. Acessado em 15 de maio de 2019

COELHO, C. M. P. **Análise da Qualidade da Informação Contábil Frente a Implementação dos IFRS:** Uma Pesquisa Baseada nos Periódicos Internacionais (1999 a 2010). Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, Vol. 6, nº2, Jul/Dez 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13235>. Acessado em 20 de maio de 2019.

COELHO, C. U. F. **Teoria da Contrabilidade:** abordagem contextual, histórico e gerencial. São Paulo. Atlas, 2010.

DANTAS, J. A. et al. **Determinações de refazimento/republicação de demonstrações financeiras pela cvm:** o papel dos auditores independentes. Revista Universo Contábil, Blumenau: FURB, v.7, n. 2, p. 45-64, abr./jun. 2011.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária:** Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC, Editora Atlas, 2010.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M. **Análise do conteúdo da evidenciação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa.** In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, VI., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo; 2005. INSTITUTO IBMEC. **Mercado de Capitais no Brasil.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://ibmec.org.br/empresario/o-que-e-mercado-decapitais/mercadode-capitais-no-brasil/>>. Acessado em 10 de maio de 2019.

GIL. A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO IBMEC - IBMEC. Mercados de Capitais no Brasil. Rio de Janeiro, 15 fev. 2016. Disponível em: <http://ibmec.org.br/empresario/o-que-e-mercado-de-capitais/mercadode-capitais-no-brasil/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. 10ª. Ed, São Paulo: Atlas, 2010

LOPES, A. B. e MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade:** uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LUCENA, W. G. L.; et. al. **A Evidenciação das Informações Contábeis Geradas pelas Micro e Pequenas Empresas no Processo Decisório:** Um Estudo no Setor de Confeções. REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 1, nº1, p. 35-51, Mai-Ago/2011.



MCGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento Estratégico da Informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MOURA, G. D.; et al. **Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em companhias abertas listadas na BM&FBovespa**. Revista de Contabilidade e Organizações. Universidade Comunitária da Região de Chapecó. 27 (2016).

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PAULO, E. Et. al. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. Red de Revistas Científicas de América Latina Y el Crive, Espanã y Portugal. Vol. 9, nº 1, Vitória – ES, Jan/Mar 2012. Disponível em:< <https://bbronline.com.br/index.php/bbr/article/download/274/420>>. Acessado em 20 de maio de 2019.

PINHEIRO, P. B. A materialidade aplicada para divulgação de informações em notas explicativas. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. 2015;

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. **A Prática da Evidenciação de Informações Avançadas e Não Obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras**. Revista Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo. Nº 36, p. 7-20, Set/Dez 2004.

PEIXOTO, F.; MALAQUIAS, R. F. **O Impacto da Convergência Contábil na Evidenciação dos Instrumentos Derivativos das Empresas Brasileiras**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, UNEB< Salvador. Vol. 2, nº 1, p. 39-55, Jan/abr 2012.

RAMOS, Paulo; Et. al.. Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese .2005.

RODRIGUES, F. F. Fatores determinantes da evolução das informações divulgadas no relatório da administração das empresas brasileiras de capital aberto. Acessado em:<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11743/1/2012\\_FernandaFernandesRodrigues.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11743/1/2012_FernandaFernandesRodrigues.pdf)>. Acessado em 03 de julho de 2019.

RODRIGUES, J. M; **Convergência Contábil internacional**: Uma análise da qualidade da informação contábil em razão da adoção dos padrões internacionais de contabilidade adotados pela IASB. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12596/3/2012\\_JomarMirandaRodrigues.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12596/3/2012_JomarMirandaRodrigues.pdf). Acessado em 03 de julho de 2019.

SANTOS, J. L.; Et. al. Introdução à Contabilidade Internacional. São Paulo: Atlas, 2016.

SANTOS, V. Et. al. Evidenciação das operações com créditos de carbono nos relatórios da administração e nas notas explicativas. In: XI ENGEMA, 2009, Fortaleza.

SILVA, A. C. R. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, R. B. Implicações da OCPC 07 sobre a forma das notas explicativas: estudo em empresas de alimentos processados. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. Brasília, Vol. 12, n° 14, p. 429-449, Out/Dez 2018. Disponível em: [www.repec.v12i4.1848](http://www.repec.v12i4.1848)>. Acessado em 20 de maio de 2018.

TORRES. F. Balanços crescem muito e direto da valor teme monstro. Revista Valor Econômico. São Paulo. Disponível em: <http://www.valor.com.br/impreso/eu-investimentos/balancos-crescem-muito-e-diretor-da-vale-teme-monstro>. Acessado em 10 de maio de 2015.

**ANEXO A: TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DA AMOSTRA DO ESTUDO DIVIDIDA POR SETOR DE ATUAÇÃO CONFORME A B3.**

<b>Setor</b>	<b>Bens industriais</b>	
Sub-setor	Comércio	
Segmento	Materiais de Transporte	MINASMAQUINAS S.A.
		WLM PART. E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Sub-setor	Construção e Engenharia	
Segmento	Construção Pesada	AZEVEDO E TRAVASSOS S.A.
		MENDES JUNIOR ENGENHARIA S.A.
Segmento	Engenharia Consultiva	SONDOTECNICA ENGENHARIA SOLOS S.A.
		TECNOSOLO ENGENHARIA S.A.
Segmento	Produtos Para Construção	ETERNIT S.A.
		HAGA S.A. INDUSTRIA E COMERCIO
		PBG S/A
	Serviços Diversos	BBM LOGISTICA S.A.
		CSU CARDSYSTEM S.A.
		DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.
		FLEX GESTÃO DE RELACIONAMENTOS S.A.
		LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.
		MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.
		PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
		VALID SOLUÇÕES S.A.
Sub-setor	Máquinas e Equipamentos	
Segmento	Armas e Munições	TAURUS ARMAS S.A.
Segmento	Máq. e Equip. Construção e Agrícolas	METISA METALURGICA TIMBOENSE S.A.
		STARA S.A. - INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
Segmento	Máq. e Equip. Industriais	BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECANICAS
		ELECTRO ACO ALTONA S.A.
		INDUSTRIAS ROMI S.A.
		INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇOES
		KEPLER WEBER S.A.
		METALFRIO SOLUTIONS S.A.
		NORDON INDUSTRIAS METALURGICAS S.A.
		PRATICA KLIMAQUIP INDUSTRIA E COMERCIO SA
Segmento	Motores . Compressores e Outros	SCHULZ S.A.
		WEG S.A.
Sub-setor	Materiais de Transporte	
Segmento	Material Aeronáutico e de Defesa	EMBRAER S.A.
Segmento	Material Rodoviário	FRAS-LE S.A.
		MARCOPOLO S.A.

		METALURGICA RIOSULENSE S.A.
		RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES
		RECRUSUL S.A.
		SIFCO S.A.
		TUPY S.A.
		WETZEL S.A.
Sub-setor	Serviços de Transporte	
Segmento	Serviços diversos	BBM LOGISTICA S.A.
		CSU CARDSYSTEM S.A.
		DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.
		FLEX GESTÃO DE RELACIONAMENTOS S.A.
		LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.
		MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.
		PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
		VALID SOLUÇÕES S.A.
Segmento	Exploração de Rodovias	CCR S.A.
		CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
		CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.
		CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.
		CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.-ECOPISTAS
		CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A
		CONC RODOVIAS DO TIETÊ S.A.
		CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.
		CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN
		INVESTIMENTOS E PARTICIP. EM INFRA S.A. - INVEPAR
		LIBRA TERMINAL RIO S.A.
		PORTO SUDESTE V.M. S.A.
		SALUS INFRAESTRUTURA PORTUARIA SA
		SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.
		WILSON SONS LTD.
Segmento	Transporte aéreo	AZUL S.A.
		GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.
Segmento	Transporte Ferroviário	COSAN LOGISTICA S.A.
		FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.
		MRS LOGISTICA S.A.
		RUMO MALHA NORTE S.A.
		RUMO MALHA PAULISTA S.A.
		RUMO S.A.
Segmento	Transporte Hidroviário	LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.
		TREVISA INVESTIMENTOS S.A.
Segmento	Transporte Rodoviário	JSL S.A.

		TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.
Setor	Consumo Cíclico	
Sub-setor	Automóveis e Motocicletas	
Segmento	Automóveis e Motocicletas	IOCHPE MAXION S.A.
		MAHLE-METAL LEVE S.A.
		PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.
Sub-setor	Comércio	
Segmento	Eletrodomésticos	MAGAZINE LUIZA S.A. VIA VAREJO S.A.
		WHIRLPOOL S.A.
Segmento	Produtos Diversos	B2W - COMPANHIA DIGITAL
		BR HOME CENTERS S.A.
		GRUPO SBF SA
		LOJAS AMERICANAS S.A.
		SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Segmento	Tecidos. Vestuário e Calçados	AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
		GRAZZIOTIN S.A.
		GUARARAPES CONFECOES S.A.
		LOJAS RENNER S.A.
		MARISA LOJAS S.A.
		RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A.
Sub-setor	Construção Civil	
Segmento	Incorporações	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
		CONSTRUTORA TENDA S.A.
		CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
		CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDEPART
		DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.
		EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
		EZ TEC EMPREENDE. E PARTICIPACOES S.A.
		GAFISA S.A.
		HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.
		INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
		JHSF PARTICIPACOES S.A.
		JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.
		MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.
		PDG REALTY S.A. EMPREENDEPARTICIPACOES
		RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
		ROSSI RESIDENCIAL S.A.
		TECNISA S.A.

		TEGRA INCORPORADORA S/A
		TRISUL S.A.
		VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.
Sub-setor	Diversos	
Segmento	Aluguel de Carro	CIA LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
		LOCALIZA RENT A CAR S.A.
		MAESTRO LOCADORA DE VEICULOS S.A.
		MOVIDA PARTICIPACOES SA
		UNIDAS S.A.
Segmento	Programa de Fidelização	SMILES FIDELIDADE S.A.
Segmento	Serviços Educacionais	ANIMA HOLDING S.A.
		BAHEMA S.A.
		ESTACIO PARTICIPACOES S.A.
		KROTON EDUCACIONAL S.A.
		SER EDUCACIONAL S.A.
Sub-setor	Hoteis e Restaurantes	
Segmento	Hotelaria	BHG S.A. - BRAZIL HOSPITALITY GROUP
		HOTEIS OTHON S.A.
Segmento	Restaurante e Similares	BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES SA
		INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTACAO S.A.
Sub-setor	Mídia	
Segmento	Produção e Difusão de Filmes e Programas	CINESYSTEM S.A.
Sub-setor	Tecidos. Vestuário e Calçados	
Segmento	Acessórios	MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO
		TECHNOS S.A.
Segmento	Calçados	ALPARGATAS S.A.
		CAMBUCI S.A.
		GRENDENE S.A.
		VULCABRAS/AZALEIA S.A.
Segmento	Fios e Tecidos	CIA FIACAO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA
		CIA INDUSTRIAL CATAGUASES
		CIA TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS
		CIA TECIDOS SANTANENSE
		DOHLER S.A.
		EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A.ENCORPAR
		KARSTEN S.A.
		PETTENATI S.A. INDUSTRIA TEXTIL
		SPRINGS GLOBAL PARTICIPACOES S.A.
		TEKA-TECELAGEM KUEHNRIICH S.A.
		TEXTIL RENAUXVIEW S.A.
Segmento	Vestuário	CIA HERING
Sub-setor	Utilidades Domésticas	

Segmento	Móveis	UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.
Segmento	Utensílios Domésticos	HERCULES S.A. FABRICA DE TALHERES
		NADIR FIGUEIREDO IND E COM S.A.
Sub-setor	Viagens e lazer	
Segmento	Atividades Esportivas	SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.
Segmento	Bicicletas	BICICLETAS MONARK S.A.
Segmento	Brinquedos e Jogos	MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.
		TEC TOY S.A.
Segmento	Produção de Eventos e Shows	SAO PAULO TURISMO S.A.
		T4F ENTRETENIMENTO S.A.
Segmento	Viagens e Turismo	CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.
Setor	Consumo não cíclico	
Sub-setor	Agropecuária	
Segmento	Agricultura	BRASILAGRO - CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS
		CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.
		POMIFRUTAS S/A
		SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.
		SLC AGRICOLA S.A.
		TERRA SANTA AGRO S.A.
Sub-Setor	Alimentos Processados	
Segmento	Açúcar e Álcool	BIOSEV S.A.
		RAIZEN ENERGIA S.A.
		SAO MARTINHO S.A.
Segmento	Alimentos Diversos	CAMIL ALIMENTOS S.A.
		CONSERVAS ODERICH S.A.
		FORNO DE MINAS ALIMENTOS S.A.
		J. MACEDO S.A.
		JOSAPAR-JOAQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP
		M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS
Segmento	Carnes e Derivados	BRF S.A.
		EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.
		JBS S.A.
		MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
		MINERVA S.A.
		MINUPAR PARTICIPACOES S.A.
Sub-setor	Bebidas	
Segmento	Cervejas e Refrigerantes	AMBEV S.A.
Sub-setor	Comércio e Distribuição	
Segmento	Alimentos	ATACADÃO S.A.
		CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
Sub-setor	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	

Segmento	Produtos de Limpeza	BOMBRIL S.A.
Segmento	Produtos de Uso Pessoal	NATURA COSMETICOS S.A.
Setor	Financeiro	
Sub-setor	Exploração de imóveis	
Segmento	Exploração de imóveis	ALIANSCCE SHOPPING CENTERS S.A.
		BR MALLS PARTICIPACOES S.A.
		BR PROPERTIES S.A.
		CIA HABITASUL DE PARTICIPACOES
		CORREA RIBEIRO S.A. COMERCIO E INDUSTRIA
		CYRELA COMMERCIAL PROPERT S.A. EMPR PART
		GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
		IGB ELETRÔNICA S/A
		IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A
		JEREISSATI PARTICIPACOES S.A.
		LOG COMMERCIAL PROPERTIES
		MULTIPLAN - EMPREEND IMOBILIARIOS S.A.
		SAO CARLOS EMPREEND E PARTICIPACOES S.A.
		SONAE SIERRA BRASIL S.A.
		TERMINAL GARAGEM MENEZES CORTES S.A.
Segmento	Intermediação Imobiliária	BRASIL BROKERS PARTICIPACOES S.A. LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.
Sub-setor	Holdings Diversificadas	
Segmento	Holdings Diversificadas	ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPACOES S.A.
		BATTISTELLA ADM PARTICIPACOES S.A.
		CIA PARTICIPACOES ALIANCA DA BAHIA
		MONTEIRO ARANHA S.A.
		SPRINGER S.A.
Sub-setor	Intermediários Financeiros	
Segmento	Bancos	ALFA HOLDINGS S.A.
		BANCO INTER S.A.
		BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO
		BCO ABC BRASIL S.A.
		BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.
		BCO AMAZONIA S.A.
		BCO BRADESCO S.A.
		BCO BRASIL S.A.
		BCO BTG PACTUAL S.A.
		BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE
		BCO ESTADO DO PARA S.A.



		BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
		BCO INDUSVAL S.A.
		BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.
		BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
		BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.
		BCO PAN S.A.
		BCO PATAGONIA S.A.
		BCO PINE S.A.
		BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
		BCO SOFISA S.A.
		BRB BCO DE BRASILIA S.A.
		CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BCO MULTIPLO S.A.
		ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
		ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.
		PARANA BCO S.A.
Segmento	Soc. Arrendamento Mercantil	BRDESCO LEASING S.A. ARREND MERCANTIL
		BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
		DIBENS LEASING S.A. ARREND.MERCANTIL
Segmento	Soc. Crédito e Financiamento	FINANCEIRA ALFA S.A.- CRED FINANC E INVS
		FINANSINOS S.A.- CREDITO FINANC E INVEST
		MERCANTIL BRASIL FINANC S.A. C.F.I.
Sub-setor	Previdência e Seguros	
Segmento	Corretoras de Seguros	ALPER CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.
		WIZ SOLUÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.
Segmento	Seguradoras	BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
		CIA SEGUROS ALIANCA DA BAHIA
		CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.
		IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.
		PORTO SEGURO S.A.
		SUL AMERICA S.A.
Sub-setor	Securizadoras de Recebíveis	
Segmento	Securizadoras de Recebíveis	ALTERE SECURITIZADORA S.A.
		BETA SECURITIZADORA S.A.
		BRAZIL REALTY CIA SECURIT. CRÉD. IMOBILIÁRIOS
		BRAZILIAN SECURITIES CIA SECURITIZACAO
		BRC SECURITIZADORA S.A.
		BRPR 55 SECURITIZADORA CRED IMOB

		S.A.
		BRPR 56 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.
		CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZACAO
		GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.
		GAIA SECURITIZADORA S.A.
		OCTANTE SECURITIZADORA S.A.
		PATRIA CIA SECURITIZADORA DE CRED IMOB
		PDG COMPANHIA SECURITIZADORA
		POLO CAPITAL SECURITIZADORA S.A
		RB CAPITAL COMPANHIA DE SECURITIZACÃO
		RB CAPITAL SECURITIZADORA S.A.
		REAL AI PIC SEC DE CREDITOS IMOBILIARIO S.A.
		TRUE SECURITIZADORA S.A.
		VERT COMPANHIA SECURITIZADORA
Sub-setor	Serviços Financeiros Diversos	
Segmento	Gestão de Recursos e Investimentos	BNDES PARTICIPACOES S.A. - BNDESPAR
		BRAZILIAN FINANCE E REAL ESTATE S.A.
		GP INVESTMENTS. LTD. PPLA PARTICIPATIONS LTD.
		TARPON INVESTIMENTOS S.A.
Segmento	Serviços Financeiros Diversos	B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO
		CIELO S.A.
		IDEIASNET S.A.

Fonte: [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)